

As novas relações de consumo à luz da Teoria Social Contemporânea

Eduardo F. Cordeiro
Priscila Dias Gamero

Resumo

Analisar as novas configurações na esfera do consumo, enquanto um espaço de construções de relações sociais entre consumidores e produtores, e destes com a natureza e ação política num contexto de globalização. E como a teoria social contemporânea tem se dedicado ao tema. Também podemos identificar que estes consumidores, utilizando a reflexividade corrente de nossa época, tem reivindicado o uso coletivo e racional dos recursos naturais e sociais como também a utilização da esfera do consumo para a prática política de recusa da reprodução e manutenção tanto do sistema capitalista, como a toda fragmentação vivida na contemporaneidade. Os grupos ainda encontram enormes dificuldades e contradições mas isto não anula o poder emancipador que acreditam ter em suas práticas. Podemos evidenciar a controvérsia existente na esfera do consumo, enquanto reprodução do sistema e assim a passividade do consumidor em relação à alguma mudança e enquanto criação de novas relações sociais, marcada pela busca do contato direto com os produtores e na recusa de produtos ambientalmente e socialmente comprometidos. Esses atores sociais, na busca por novas relações de consumo constroem em suas redes de relacionamentos uma nova maneira de estar no mundo, onde a solidariedade e o princípio ecológico formam a base de suas ações.

Apresentação

“o consumo pode se tornar uma transação politizada, na medida em que incorpora a consciência das relações de poder envolvidas nas relações de produção e promove ações coletivas na esfera pública”
(Blee apud Portilho: 2002)

A crença atual é de que a questão da liberdade está encerrada, resolvida da melhor maneira e, por isso não sentimos necessidade de ir para as ruas protestar e exigir maior liberdade do que já temos ou achamos ter. É preciso, visto que o conhecimento permite aos indivíduos maior chance de exercerem sua liberdade, identificar o que reside para conhecer nos tempos atuais.

Assim na medida em que o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva, num cenário onde as pontes entre vida pública e privada são destruídas, ou nem foram construídas, é que reside a dificuldade de discernir e apontar o que é público nos problemas privados. (Bauman: 2000)

A arte de reinventar os problemas pessoais sob a forma de questões de ordem pública tende a se definir de modo que torna difícil “agrupá-los” e condensá-los numa força política, assim a luta por traduzir as questões que se apresentam na esfera privada em problemas de ordem pública é o foco central deste trabalho.

Sob o pano de fundo do deslocamento de *percepção*, *discurso* e *definição* da problemática sócioambiental as novas relações de consumo, especialmente a caracterizada por consumo sustentável, tem se apresentado como uma estratégia de política ambiental, muito oportuna se identificado suas promessas e armadilhas. Tais configurações têm incidido na reflexão dos limites e possibilidades da ambientalização das práticas de consumo que, de certa forma possibilita recuperar os interstícios entre vida privada e pública.

Assim também notamos que a teoria social contemporânea também deslocou sua unidade de análise, da esfera da produção e do trabalho para a esfera do lazer e do consumo, que por serem novas fontes de identidade cultural e participação na vida coletiva se tem caracterizado a esfera do lazer do consumo como *lócus* de análise das sociedades contemporâneas. O que no entanto não reduz a dificuldade da teoria social em sair do *viés* da produção.

Contexto

O ambiente em que essas novas dinâmicas emergem é marcado pela forte e crescente globalização, tanto na sua face perversa – a econômica, e seus agravantes sociais, culturais e ambientais, como também, em menor intensidade mas com bastante fôlego, sua face sociocultural, como nos movimentos sociais de “ação global”¹.

Os processo de globalização se intensificaram num contexto político de fim da Guerra Fria, com o colapso do socialismo nos moldes soviéticos e o surgimento das agências internacionais. Sendo no campo da comunicação e da informação onde os mecanismos de globalização se intensificaram, através da tecnologia e infra-estrutura das telecomunicações (ex. satélites), promovendo a integração da economia global,

¹ Ver Ludd, Ned. (org) Urgências das ruas – Black Block, Reclaim the Streets e os dias de Ação Global. SP: Conrad, 2002.

que agora não mais de base agrícola ou industrial, mas predominando a flexibilização do mercado e do capital. Momento também em que as corporações transnacionais crescem *colossalmente*. (Giddens: 2005)

Tal fenômeno de intensificação e reconhecimento das conseqüências do processo de globalização, nos últimos dias, tem sido intensamente debatida tanto pelos teóricos sociais² como pela sociedade civil. Marcado pelo crescimento das corporações transnacionais, que se tornaram maiores economicamente que muitos países, a globalização no entanto não é apenas econômica, mas é fruto da convergência entre fatores políticos, sociais, culturais e econômicos³.

Mesmo que não haja consenso sobre os efeitos da globalização e sua natureza em si como aponta o quadro elaborado por David Held (apud Giddens: 2005), a globalização é um fenômeno que todos, com variados níveis e graus de participação, tem vivenciado. Tal quadro vai daqueles que podem ser chamados de céticos que consideram os processos atuais apenas apresentam maior intensidade, mas já ocorriam desde o tempo do capitalismo mercantil nas trocas feitas pelas navegações, passando pelos considerados hiperglobalizadores por visualizarem que a globalização é um fenômeno real, onde os estados-nação estão perdendo força diante dos problemas engendrados por essa nova dinâmica, e finalizando nos considerados **transnacionalistas**, de posição mediana, vêem a globalização como um processo dinâmico e aberto e, por isso contraditório.

E o aspecto que é salutar neste momento de todos os processos e implicações da globalização, conforme Giddens (2005) é o reconhecimento das pessoas da existência dos problemas globais como algo que lhes interferem, sugerindo uma motivação para a ação e intervenção civil. O que permite afirmar que os processos de globalização acontecem na vida cotidiana, nos supermercados, nos noticiários, internet, etc, caracterizado como “cosmopolitismo banalizado”. (Beck: 2003)

No contexto brasileiro, devido o predomínio da racionalidade econômica a cidadania está distante da consciência de pertencimento a coletividade, e apresenta o

² Ver Giddens:2005; Beck:2003, Citar autores que trabalhem com GLOBALIZAÇÃO

³ Ver distinção entre Globalismo e Globalização elaborado por Beck: 2003, o primeiro vinculado somente com a esfera econômica, a ditadura neoliberal, que particularmente no terceiro mundo suprime os já escassos fundamentos do autogoverno democrático. Enquanto o segundo se refere a convergência dos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, que conferem os processos de modernização reflexiva e sociedade de risco.

cidadão enquanto consumidor – usuário, “permitindo” à massa da população o acesso ao consumo e não ao direito à cidadania. Diversos autores já trataram da redução do cidadão à consumidor na sua relação individual, com diversos conceitos caracterizadores: “fim da cidadania” (Bauman: 2000), “declínio do homem público” (Sennet: ???), “dissolução do espaço público” (Arendt: ???), “esgotamento das energias utópicas” (Habermas: ???), num contexto de mercadorização de todas as esferas da vida (Canclini: 1996, Kuttner: 1998), onde o direito social se transfigura para a idéia de conquista pessoal (Santos: 1998)

Há ainda que salientar que enfrentamos um contexto de crise sócioambiental, fruto do crescimento desordenado da economia, imputando no aumento da demanda por consumo que acarreta a exploração de recursos naturais e sociais. Tal crise é marcada pelas ameaças ambientais globais (ex. mudança climática, pauperização, etc), pela expansão da tecnociência, pelos OGM's (transgênicos), pela concentração de renda, exclusão e miséria.

Tal crise na sua variável ambiental foi tornada pública na Conferencia de Estocolmo em 1972, com o Relatório do Clube de Roma (Relatório Meadows), depois com o Relatório Brundtland em 1987, e mais tarde na Rio 92, expressa na Carta da Terra, denotando o acúmulo de evidências sobre o aumento tendencial do volume de impactos destrutivos da ação humana sobre a dinâmica de evolução dos ecossistemas, a ponto de ameaçar diretamente as pré-condições de sobrevivência da espécie no longo prazo.

Assim viver num mundo globalizado, na globalidade, significa viver numa civilização frágil, num mundo que se transformou numa grande armadilha sem saída, reconhecendo que a globalidade vivenciada numa contexto é diferente em outro, pois “não há nenhuma experiência globalmente igual no novo imperativo global.” (Beck: 2003, p. 31)

Outra grande contribuição na caracterização do momento atual foi feita por Bauman (2001), compreendendo que vivemos hoje numa modernidade líquida, indicando um aspecto de “fluidez” ou “liquidez” da natureza do tempo presente. A modernidade “derreteu o sólidos” mas não com a intenção de limpar a área para novos

e aperfeiçoados sólidos, sólidos de solidez duradoura, que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável, intenção manifesta no Manifesto Comunista de Karl Marx.

O derretimento dos sólidos, na atualidade, deixou exposta a complexa rede de relações no ar, aberta para a invasão e dominação da racionalidade instrumental, para o determinismo econômico. Este fenômeno entretanto não se deu de forma violenta (ditadura, colonização, opressão) mas emergiu do derretimento dos sólidos suspeitos de limitar a liberdade individual. É importante ainda salientar que Bauman apoiado no argumento de Offe⁴ indica que por mais livres e voláteis que sejam as características dessa nova ordem, isoladamente ou em conjunto, o modo como são entretecidos é “rígido, fatal e desprovido de qualquer liberdade de escolha” (Bauman: 2001, p. 11)

Debate teórico

As mudanças engendradas no campo das relações sociais vão ganhar um novo contorno, a expressividade da relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, como também a ordem inversa, a influencia dos acontecimentos globais sobre a vida individual e o reconhecimento disto pelos agentes sociais tem sido a nova agenda das ciências sociais, sob o rótulo de “*modernização reflexiva*”. (Giddens: 1997)

Neste sentido o processo de *individualização* da modernização reflexiva está relacionado com as tomadas de decisão que os indivíduos estão submetidos no segunda modernidade. Implicando portanto, numa nova forma de fazer política, a política do cotidiano, uma ação política envolvida com os problemas cotidianos.

A individualização implica em transformar a identidade humana de uma “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das conseqüências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. A individualização é uma fatalidade não uma escolha. (Bauman: 2001)

Beck utiliza o conceito de segunda modernidade para caracterizar o momento atual, em oposição a idéia de pós-modernidade, que decretou o fim das grandes narrativas, e que na visão do autor a própria modernidade, no seu inicio, sempre foi sua crise e também o reflexo dessa crise, a modernidade sempre foi sua pós-

⁴ Offe, Claus. A utopia da opção zero.

modernidade. Além do fato que a pós-modernidade se divorcia da ciência e assim não permite o desenvolvimento de novos conceitos para o entendimento dos novos e complexos arranjos sociais.

Em contraposição a primeira modernidade, marcada pelas categorias de Estado-nação, da diferença sociedade/natureza, a segunda modernidade, que ocorre paulatinamente e não bruscamente, mas como efeitos colaterais, entendida também como “modernização reflexiva”, que certamente tem implicações nas categorias e modelos de análise utilizados pelas ciências sociais, tem colocado como pauta de discussão uma autocrítica radical da teoria e da sociologia ocidental da modernização, inaugurando um espaço de discussão acerca das metas, valores, das precondições e dos rumos das modernidades alternativas. (Beck: 2003)

Onde o abandono dos paradigmas territoriais do Estado nacional não ocorre sob a égide da construção do Estado mundial, a transição se trata simplesmente do Estado para o mercado, resultando no surgimento de um vácuo de poder, a perda não corresponde a nenhuma ganho.

Assim, na sociedade de risco, a dicotomia natureza/sociedade torna-se questionável na medida em que aquilo que chamamos de natureza há muito se integrou ao processo de industrialização e vem se transformando em riscos e perigos que são negociados no processo de socialização e se desdobram em uma dinâmica política autônoma. Assim se hoje convivemos com riscos globais também em processo de germinação está uma sociedade global (Held apud Bauman: 2001). Existe hoje três “tipos” de perigos globais: o primeiro seria os danos ecológicos embutido na riqueza e no desenvolvimento técnico-industrial com implicações mais globais; o segundo seriam aqueles danos ecológicos condicionados pela desigualdade, expressa nas condições de miséria e pobreza, com implicações mais locais: e por fim, os perigos resultantes das armas de destruição em massa tanto pelo terrorismo (privado) como pelo militar-estatal. (Bauman: 2001)

Nesta sociedade de risco mundial está colocado que os riscos e danos perderam sua limitação espaço-temporal e são hoje globais e permanentes. É sua característica também que as ameaças e os perigos são confrontados na esfera individual, pois esta ganha o *lócus* dos novos conflitos políticos (Beck: 1998)

Estes desafios implicam uma genética cultural sendo contestada em cada fenômeno isolado, onde os membros da sociedade e as instituições que até agora mantiveram a ilusão de conter todos as respostas terão que enfrentar desafios para os quais não há respostas prontas. Não que as dúvidas nunca existiram, mas os mapas cognitivos da sociedade contemporânea se esmaeceram.

No que tange a caracterização da globalização é importante ainda mencionar que tal fenômeno não é total, mas significa “transnacionalização”, como também “localização”, pois “com a globalização, o local se valorizou e[também]... o conceito de globalização é impensável sem localização” (Beck: segunda modernidade). Assim a globalização e regionalização são hoje dinâmicas que correspondem as duas caras da mesma moeda (Bauman: 2001). A globalização não pode ser vista como “bigmaccização”do mundo, mas ocorre paralelamente o surgimento da multiplicação e da diferença. (Beck: segunda modernidade)

Os processos de globalização não devem ser entendidos como des-localização, mas como uma re-localização. Onde empresas globais desenvolvem relações locais. Muito útil aqui o termo cunhado por Roland Robertson (apud Bauman: 2001) de glocalização onde o global e o local não se excluem, o segundo sendo aspecto do primeiro.

Segundo Bauman (2001) glocalização é um processo de nova estratificação num nível mundial, uma nova hierarquia entre os que ganham com a globalização (os ricos), pois sem dúvida que nesta glocalização a liberdade de ação e principalmente a financeira vai crescer mais do nunca, e os que perdem serão os pobres. Neste novo contexto os ricos não precisam mais dos pobres, nem como reserva de mão-de-obra, nem como mercado consumidor. Desta forma a glocalização não passa de um eufemismo, para uma realidade que não temos nome, nem resposta.

Dessa maneira o caráter ativo/reflexivo da agencia manifesta as novas contribuições teóricas contemporâneas, sugerindo que é inerente no fazer humano a capacidade para entender o que fazem enquanto fazem, mas o limite é que fundamentalmente tal reflexividade opera apenas no nível do discurso.

Com a teoria da estruturação (Giddens: a constituição da sociedade) não pretende uma nova ortodoxia no que tange aos processos entre ação e estrutura, mas

joga luz em torno da natureza da ação humana e do self atuante, do modo como a interpretação deve ser conceituada e sua relação com as instituições e, ainda sugere a apreensão das conotações práticas da análise social. Onde a descoberta de leis (generalizações) é apenas uma preocupação entre outras que são igualmente importantes para o conteúdo teórico das ciências sociais.

A teoria da estruturação tem se concentrado mais nos interesses ontológicos da teoria social, ao invés dos problemas epistemológicos, o que também tem implicado numa conversão lingüística sob o dualismo – subjetivismo e objetivismo como dualidade da estrutura. Assim a teoria social que não leva em conta a cognoscibilidade dos atores corre grandes riscos por não perceber a importância de uma gama de fenômenos discursivos, que se desenrolam na prática cotidiana dos atores, percebendo a necessidade do reconhecimento do significado da consciência prática.

O objetivo da *teoria da estruturação* é por fim aos impérios estabelecidos pela hermenêutica com seu subjetivismo e pelo funcionalismo e estruturalismo com o objetivismo, articulando estas duas perspectivas. Entendendo que as atividades humanas são recursivas, que não são criadas pelos atores mas recriadas continuamente por eles próprios, e que a continuidade das práticas presume *reflexividade*, não num sentido de “autoconsciência”, mas relacionado com a monitoração contínua da ação que os seres humanos exercem.

É no processo de *racionalização da ação* que os atores mantêm um contínuo “entendimento teórico” das bases de sua atividade, mas possuir tal entendimento não diz respeito a capacidade da apresentação discursiva das razões nem a capacidade de especificar tais razões discursivamente. Retomando dessa maneira a noção de consciência prática das tradições fenomenológicas e etnometodológicas.

Um outra característica fundamental da teoria da estruturação é que as regras e os recursos esboçados na produção e reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema, denotando a dualidade de estrutura. Outra característica da teoria da estruturação é considerar problemática a extensão e o “fechamento” da sociedade no tempo e no espaço, notando que a estrutura é sempre facilitadora e coercitiva em virtude da relação inerente entre estrutura e agência.

“ A estrutura, como conjunto de regras e recursos recursivamente organizados, está fora tempo e do espaço... Os sistemas sociais em que a

estrutura está recursivamente implicada, pelo contrário, compreendem as atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. Analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas... são produzidos e reproduzidos em interação.” (Giddens: a constituição da sociedade, p. 20)

Tal autor também vai falar que no modelo de estratificação do self – racionalização da ação, monitoração reflexiva e motivos da ação, há a diferenciação entre consciência discursiva e consciência prática. A primeira ligada a recordação em que o ator é capaz de expressar verbalmente, e a segunda referente a recordação feita na “durée” da ação, sem ser capaz de expressar o que assim “sabe”.

Num contexto de ruptura e ataque às rotinas habituais da vida em que produzem um alto grau de ansiedade, uma eliminação das respostas socializadas à segurança da administração do corpo e uma estrutura previsível da vida social. Os indivíduos nos encontros com contexto de interação produzem uma *co-presença*, *tal lócus* de análise não pode ser entendida como microssociológica, pois o entendimento dos fenômenos sociais implica sempre na análise das relações existentes entre indivíduos e ambientes que o cerca, e o cotidiano é o *lócus* dessas relações.

Outro conceito que é importante trazer a luz diz respeito a rotina, ou *rotinização* (Giddens: constituição da sociedade). Na medida em que o cotidiano possui um caráter “*recursivo*”, ou seja a natureza repetida de atividades empreendidas de maneira idêntica dia após dia, empreende a recriação constante das propriedades estruturadas da atividade social, via dualidade de estrutura, a partir dos próprios recursos que a constituem.

Este conceito é a chave para explicar as formas características da relação do sistema de segurança básica com os processos reflexivamente constituídos inerentes ao caráter episódico dos encontros. Goffman junto com a etnometodologia contribuíram para entender que o caráter rotinizado do cotidiano é algo que tem que ser continuamente “trabalhado” por aqueles que alimentam em sua conduta no dia-a-dia.

Conforme a noção de *habitus* cunhado por Pierre Bourdieu em reação as alternativas nas quais as ciências sociais se encerraram – pós-modernismo, a da consciência e do inconsciente, a do finalismo, etc, como também contra o

estruturalismo, a noção de *habitus* se aproxima das posições de Chomsky, através do conceito de *generative grammar* (gramática generativa), enfim Bourdieu aspirava colocar

“em evidencia as capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas, do ‘habitus’ e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o ‘habitus’, como indica a palavra é um conhecimento adquirido e também uma ‘haver’, um capital...”

Pressupondo que a dominação não está vinculada unicamente a esfera econômica, e assim da classe dominante, mas que existem nos diversos *campos* um jogo de lutas para definir uma visão de mundo. Assim a noção de *habitus* trata de dar conta das negociações que se desenvolvem entre os agentes no jogo das relações.

A esfera do consumo revisitada

As primeiras elaborações teóricas que incidiram no campo do consumo foi a teoria crítica tanto de Karl Marx⁵ como de Thostein Veblen. Através do conceito de fetichismo da mercadoria Marx demonstrou como o processo de transformação do produto em mercadoria retirou de cena a relação social do trabalho, causando alienação e opressão. Outra alienação decorrente da alienação dos consumidores quanto a natureza do objeto que consomem é a naturalização das relações de produção e de trabalho, resultando na opressão das massa consumidoras e da massa trabalhadora.

Outra contribuição da teoria crítica foi feita por Herbert Marcuse⁶ que via na grande velocidade da produção como criadora da necessidade de um rápido escoamento do consumo, originando o consumismo. Em síntese seu argumento vai na direção de afirmar que a alienação manifesta seu caráter opressor através da cultura de massa, cuja espinha dorsal é a naturalização do consumo (Mancebo: 2002). Featherstone (1995) caracteriza a argumentação da teoria crítica como estudos sobre a “produção do consumo”.

⁵Ver Marx. K. (1980) O Capital (Livro 1, v. 1) RJ: Civilização Brasileira.

⁶Ver Marcuse, H. (1968) A ideologia da sociedade industrial. RJ: Jorge Zahar.

Outra perspectiva que se insere no estudo do consumo foi feita por Jean Baudrillard⁷ no campo da semiologia. Decreta o fim da produção como princípio organizador da sociedade e se dedica ao campo da motivação e promoção do consumo. A naturalização do consumo é deslocado para o campo dos signos, do que para os objetos, como desempenhador da alienação. Assim, em síntese, o sistema de consumo não se baseia nem na necessidade, nem no prazer, mas num código de signos e de diferenciações.

Bourdieu (1975) através do estudo sobre arte verifica que o campo do consumo é um local de diferenciação e distinção entre classes e grupos sociais, no aspecto simbólico e estético, através do capital simbólico.

Diversas são as hipóteses quanto ao porque se consome, desde satisfação de necessidades à afirmação de identidades, desde obter segurança à ampliar a cidadania que nos leva a afirmar o carácter multidimensional da temática do consumo. (Mancebo: 2002)

A esfera do consumo longe de ter a marca unicamente da escolha racional, como sugeria e sugere a utilitarismo liberal através da ideia de “soberania do consumidor”, é intensamente marcada por fatores de ordem cultural. O que levou também ao desenvolvimento de um campo da antropologia voltada para o mercado – a etnografia de marcas, produtos e mercados.

Assim o ato de consumo se insere numa cultura do consumo, onde as atribuições de sentido estão envolvidas num jogo simbólico⁸. Neste jogo é importante perceber as relações existentes entre o mundo material ao conjunto de práticas, as hierarquias de sentidos e as estruturas sociais a qual o consumo está articulado no fluxo da vida social de indivíduos e grupos. E, por isso a necessidade de reconhecer as transações, as motivações e as estratégias que envolvem as pessoas e as coisas nos diferentes contextos. (Barbosa: 2007)

Diversos autores questionam a percepção corrente de que o consumo ocupa uma arena privada e despolitizada, o consumo envolve tomar decisões políticas e morais todos os dias (Miller apud Portilho: 2002), sabendo que num momento de degradação política e descrença nas instituições sociais outros modos de participação

⁷Ver Baudrillard, J. (1995) A sociedade do consumo. RJ: Elfos editora.

⁸ autores que trabalhem com a cultura do consumo

política e de identidade cultural emergem (Canclini: 1996). Tais mudanças sugerem uma concepção de mercado não apenas como lugar de trocas de mercadorias mas como parte de interações mais complexas.

As novas relações de consumo – limites e potencialidades

Podemos sustentar que as novas relações na esfera do consumo são os desenvolvimentos do processo de deslocamento da percepção, discurso e definição da problemática ambiental. Esses deslocamentos tiveram dois momentos, o primeiro foi à passagem do crescimento populacional do sul para os padrões de produção dos países do Norte ocidental, o segundo foi à mudança de percepção dos problemas ambientais relacionadas à produção para os problemas ambientais relacionados ao consumo. (Portilho:2003)

O consumo sustentável é visto como uma reelaboração da estratégia muito utilizada pelo ambientalismo conhecida como ‘consumo verde’. Este foi pensado como uma estratégia para a construção de uma sociedade sustentável, relacionado tanto no consumo de bens de consumo básico como de luxo, refere-se unicamente a introdução na “cultura do consumo” a variável ambiental. Recorrendo ao “poder de escolha” do consumidor através de programas de informação e eco-rotulagem, como estratégia para mudanças nas matrizes energéticas e tecnológicas do sistema de produção.

O consumo verde foi e continua sendo muito criticado por não questionar as estruturas de produção e distribuição, muito menos a cultura do consumo - o consumismo. Mas opera através da transferência regulatória do Estado para o mercado, e desses dois para o indivíduo com o seu “poder de consumidor”. Tal proposta não visualiza a redução do consumo, descartabilidade e a obsolescência mas sim a reciclagem, tecnologias limpas, redução de desperdício e o mercado verde. Opera numa lógica de repasse do custo ambiental ao consumidor e nem sequer questiona a desigualdade no acesso aos bens ambientais.

Diante dos limites e armadilhas do consumo verde surgiu então a proposta do consumo sustentável, enfatizando ações coletivas e mudanças políticas e institucionais. Reivindicando a moralidade pública e implementação de políticas

multilaterais de regulação tanto no consumo quanto na produção. Aqui ocorre um deslocamento do 'como' usamos (padrões de consumo) para 'quanto' usamos (níveis de consumo) questionando a questão do acesso, distribuição e justiça.

A estratégia de ação pública sugere ajustes no nível e na estrutura do consumo, facilitando a distribuição dos custos e benefícios. A proposta do consumo sustentável não se resume a mudanças comportamentais, resguardando sua importante dimensão no interior do enfrentamento da complexa problemática sócioambiental, muito menos mudanças de design como sugere a eco-rotulagem, mas situa-se como uma estratégia de política ambiental.

Sendo assim podemos pensar a vida privada como um espaço de luta pela emancipação, na medida em que procuramos “desprivatizar a reconhecer publicamente interesses e razões privadas” (Arendt apud Telles: 1990), onde a política não mais significa deixar a esfera privada para dedicar-se a pública. E este novo *status* que a política ganha é reflexo das complexificações engendradas pela problemática ecológica (Beck 1997). Dessa maneira portanto estas novas relações de consumo potencializam a revalorização do público.

Esta politização do consumo, através de boicotes, cooperativas de consumo e etc, no nosso caso nos moldes de compras coletivas relabora as possibilidades de luta e participação política, reconstruindo as pontes entre esferas pública e privada. Também retoma à pauta o tema da feiticização da mercadoria denotando que a esfera do consumo expressa o conflito de classes seja na participação desigual na estrutura produtiva, seja na desigualdade na distribuição e apropriação dos bens. Pois consumir é participar de um cenário de disputas pelo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo. (Portilho: 2002)

Dessa forma a principal armadilha do consumo sustentável é ser engolido pelo consumo verde, numa crescente reforma do capitalismo – ecocapitalismo, que além de não permitir a formação de experiências coletivas, de enfrentamento dos conflitos políticos e de participação na esfera pública ainda reforça a redução da esfera pública. Assim essas experiências tem o potencial, conforme Portilho (2002) em três pontos, o primeiro diz respeito a reflexividade, na construção de novos valores e comportamentos nas redes sociais as quais cada um pertence, o segundo pelas

experiências coletivas ao redor dos conflitos relacionados às políticas ambientais e por último, o fortalecimento da participação na esfera pública.

Bibliografia

Barbosa, Livia. (2007) Cultura, consumo e identidade – limpeza e poluição na sociedade brasileira. In: Cultura, Consumo e Identidade. Barborsa & Campbell. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Bauman, Zygmunt. (2000) Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar.

----- (2001) Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

----- (2003) Comunidade – a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar ed.

Beck, Ulrich. (2003) Liberdade ou capitalismo? Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. Sao Paulo: Unesp. Cap. 1.

----- (2000). La sociedad de riesgo

Bourdieu, Pierre (2005) O poder simbólico. 8. ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brás, Oriana. (2004) Consumo Alimentar Bio. Mneme –Revista Virtual de Humanidades, n. 9, v. 3, jan./mar..www.seol.com.br/mneme.

Campbell, Colin. (2001) A Ética Protestante e o Espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco.

Canclini, Nestor. (2001) Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ.

Featherstone, Mike. (1995) Cultura do consumo e pósmodernismo. São Paulo: Studio Nobel.

Giddens, Anthony. (1984) A constituição da sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

----- (1997) Vivendo numa sociedade pós-tradicional. In: Beck, Giddens e Lasch. Modernização Reflexiva. Sao Paulo: Unesp.

----- (2001) Modernidade e Identidade. São Paulo: Unesp.

----- (2005) Sociologia. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Grosso, Pauline & Teles, Maira. (2003) Levantamento inicial de entidades que trabalham com a comercialização ou consumo de produtos agroecológicos

no Brasil – em busca de iniciativas dentro da perspectiva da Economia Solidária. Programa de Economia Solidária da Embaixada da França. Minas Gerias.

Mancebo, Deise et all (2002) Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. Estudos de Psicologia, 7(2), 325-332 www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a13v07n2.pdf (acessado 12/11/2007)

Mccracken, Grant. (2003) Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: MAUD.

Pacheco, Fernando S. (2004) O Homem-Ecológico – a falência do modelo social e o despertar de uma nova consciência. Rio de Janeiro: Taba Cultural.

Portilho, Fátima. (2002) Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. III, p. 3, 2005.

Slater, Don (2002) Cultura do consumo e modernidade. São Paulo: Nobel.

www.ecovida.org.br